



# **Introdução ao MNI**

Gustavo Wagner Diniz Mendes  
[gwmendes@trt13.jus.br](mailto:gwmendes@trt13.jus.br)  
Coordenadoria do PJe-JT/CSJT



- O que é o MNI?
- Regras do MNI
- Visão Geral
- Demonstração
- Almoço
- Mais demos
- Infra MNI
- Checklist PRT
- Estatísticas MNI
- Atendimento MNI



Sustentação



Atendimento

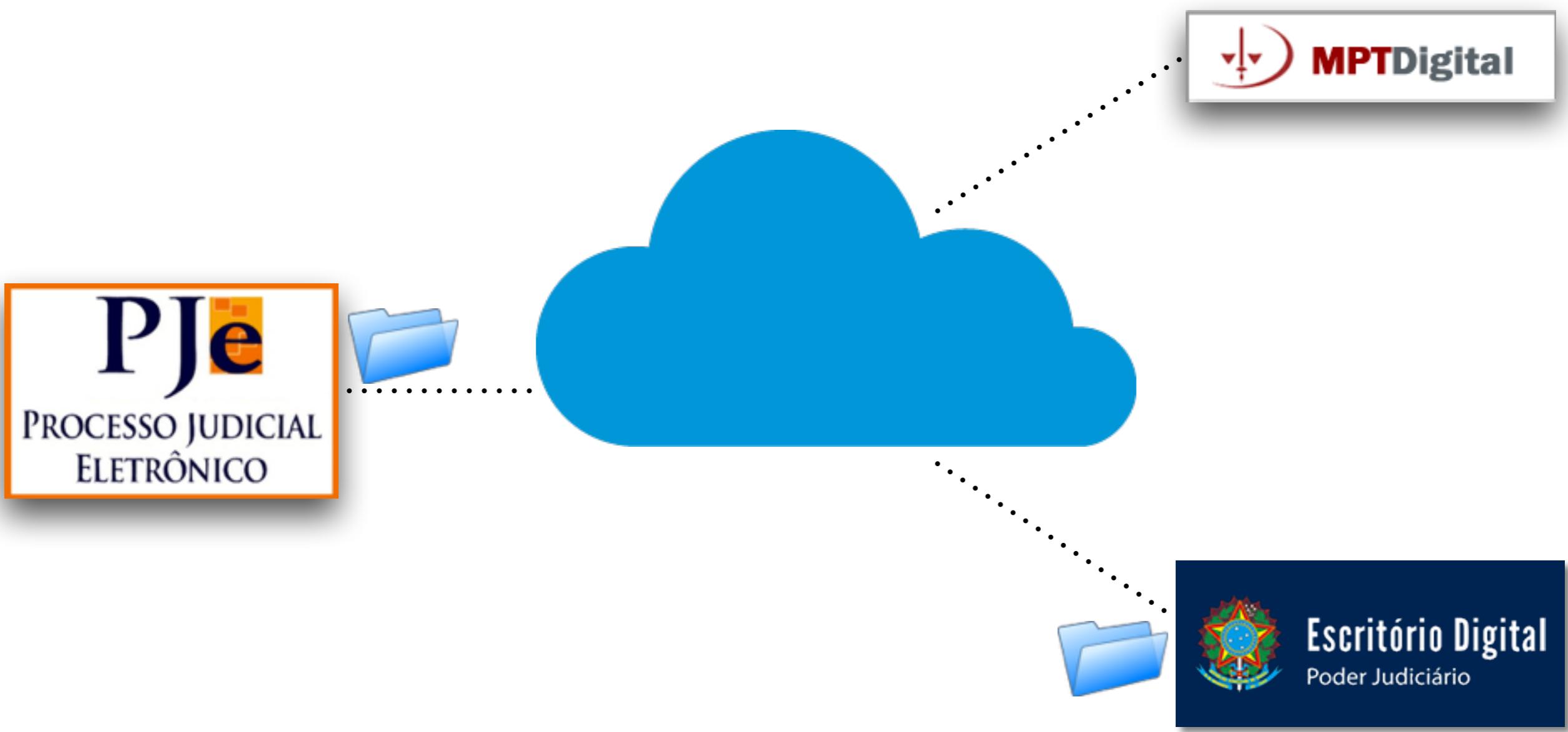


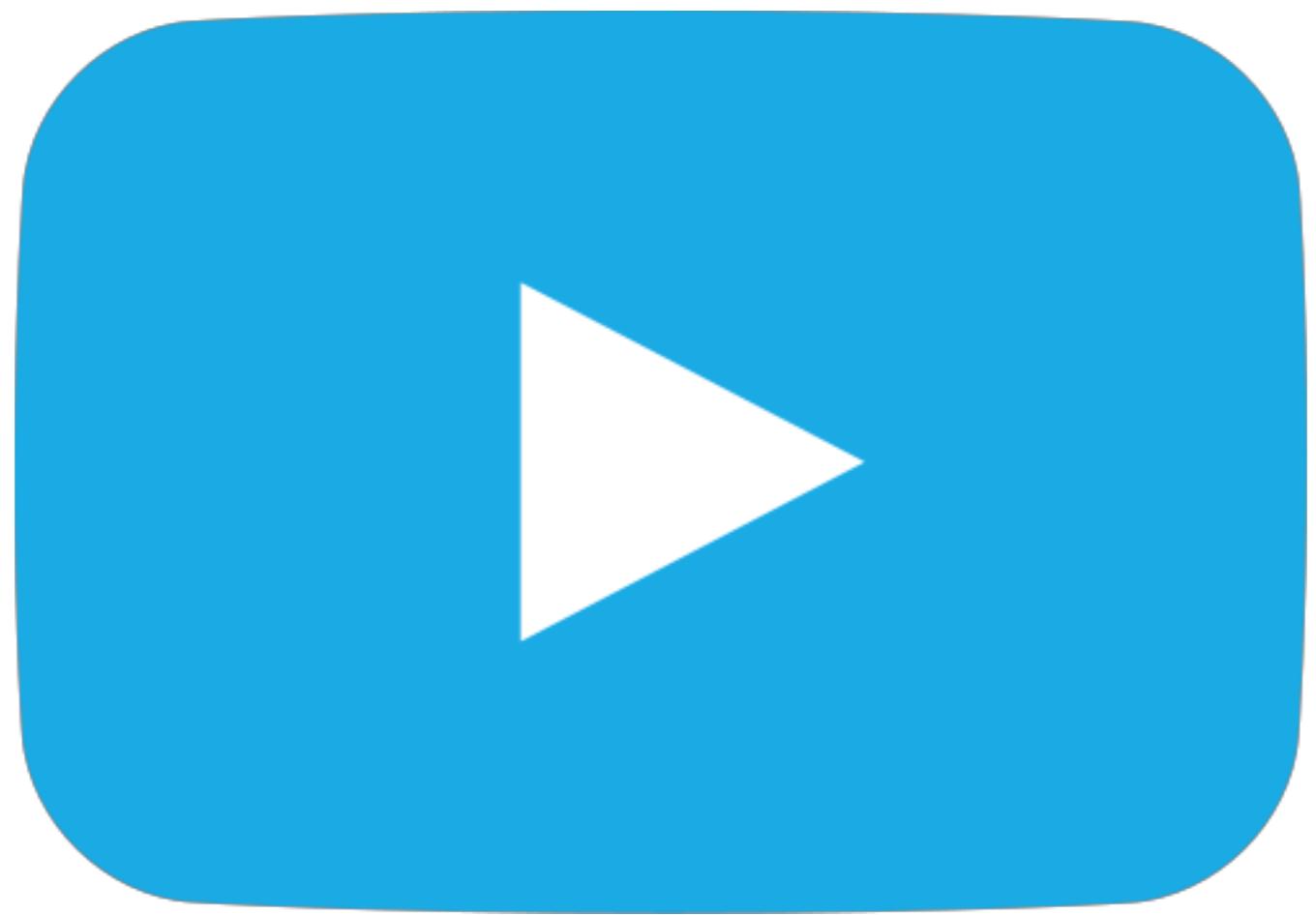
Infraestrutura

# Pré MN

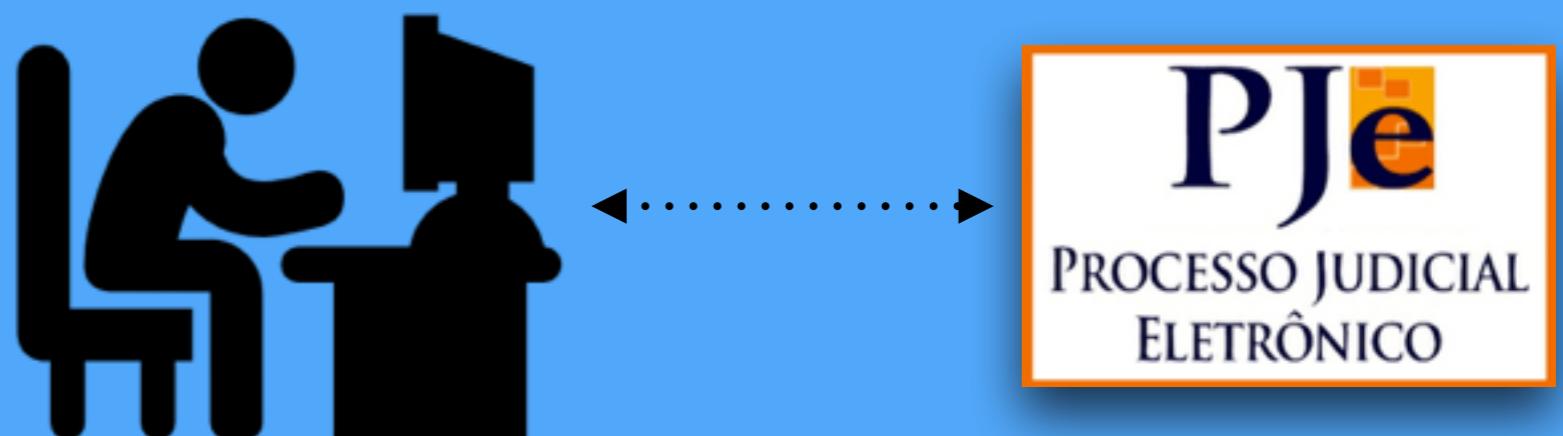


# O que é MNI?





# Modelo Nacional de Interoperabilidade



# Quem define o MNI?

- CNJ
- CSJT/TST
- STF
- STJ
- AGU
- PGR
- MPT



# Quem implementa o MNI?

- Na JT, o CSJT:
  - Gustavo Wagner (TRT13)
  - Valério Wittler (TRT9)
  - Fabiano Oliveira (TRT18)
  - Francisco Mendes (TRT18)
  - Sávio Sampaio (TRT18)
- Apoio do MPT:
  - Marco Arenhart (PRT12)



# Quais versões existem?

- MNI 2.1.1
  - TRT13, TRT15, TRT18
- **MNI 2.2.2**
  - Na versão 1.11 do PJe
  - Todos os Regionais: a partir de dezembro
- MNI 3.0
  - Em implementação beta no CNJ





# Escritório Digital

Poder Judiciário



Escritório Digital  
CNJ

MNI



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



TRT 13



TRT 18



# Maiores Implementadores MNI

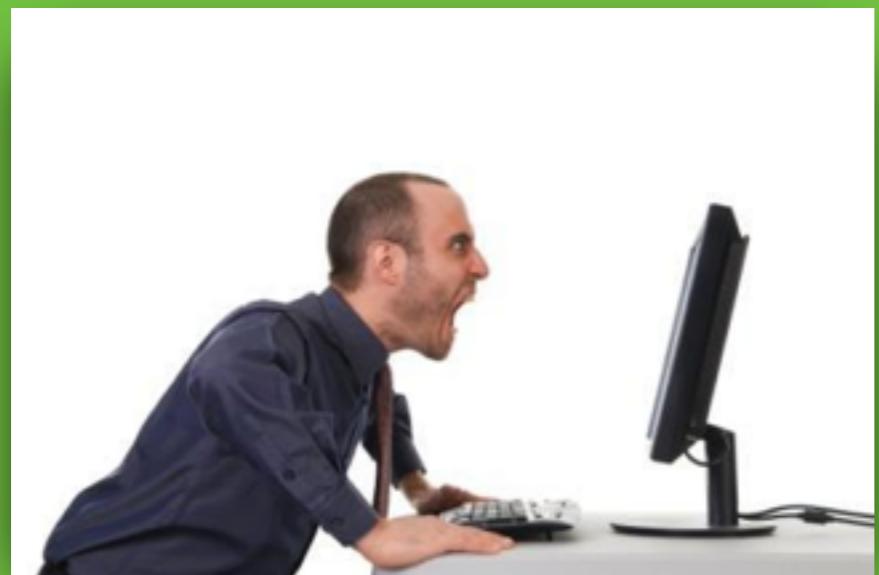
## Cientes



## Servidores



# Operações do MNI



Entregar Manifestação



Consultar Processo

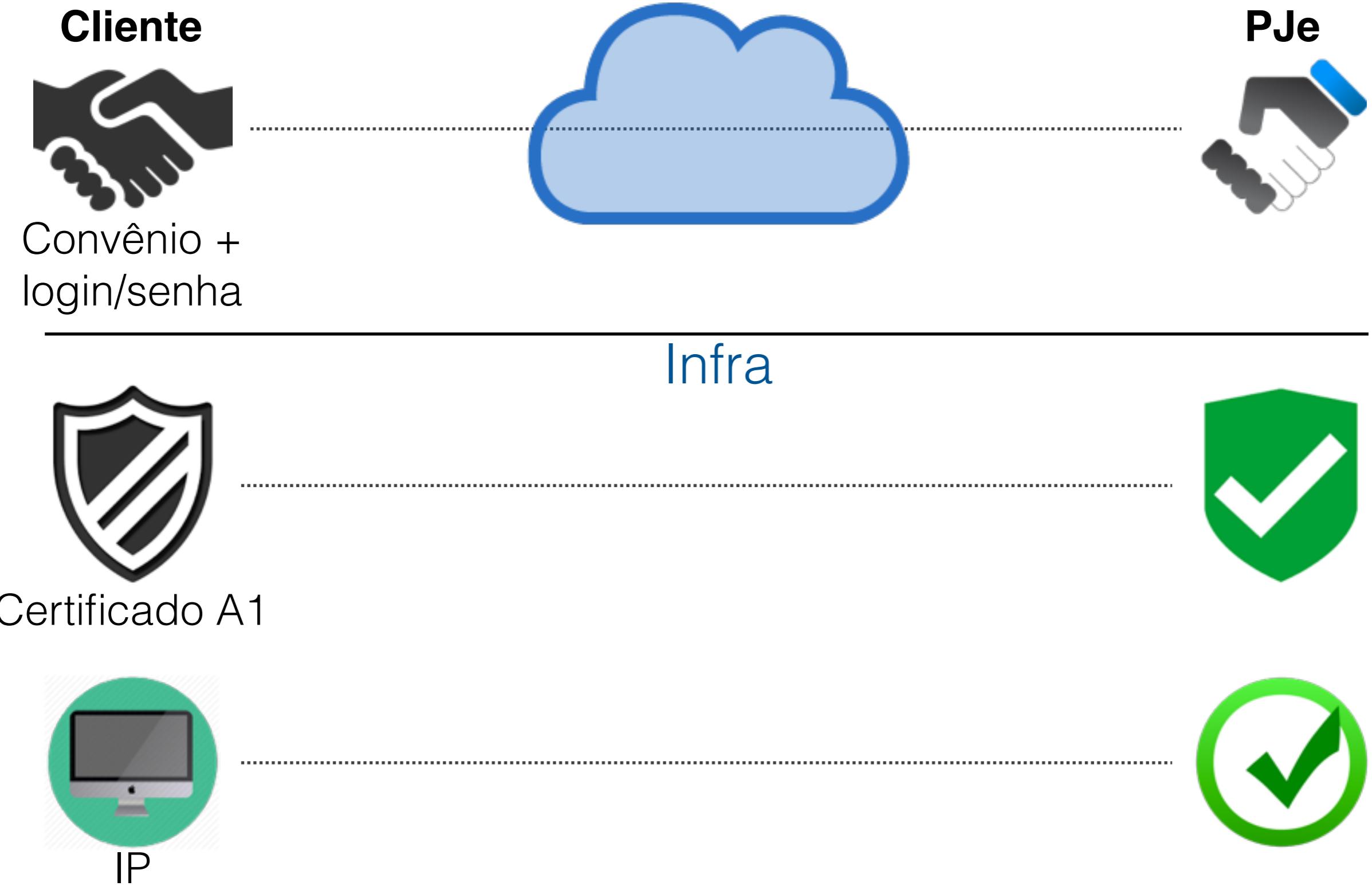


# Operações do MNI

Avisos Pendentes



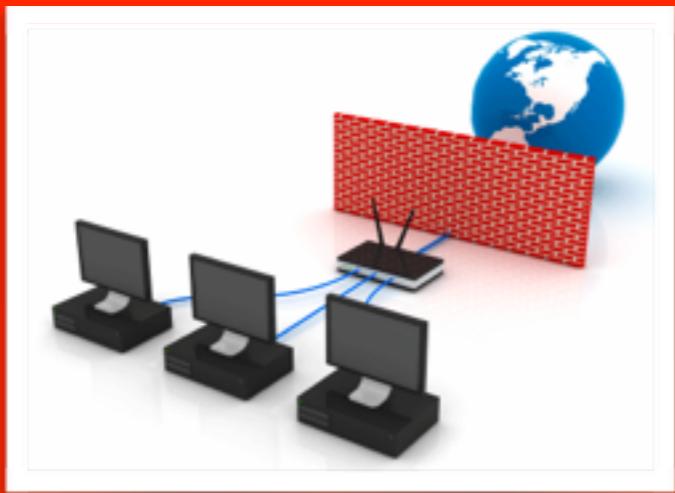
# Arquitetura



# Níveis de Segurança



certificado A1-A1 infra



liberação ips



# Níveis de Segurança



convênio ativo



login/senha



operações habilitadas



operações habilitadas  
papel usuário



log auditoria

# Documentação

- **MNI 2.2.2:** <http://www.cnj.jus.br/versoes-anteriores/>
  - Descrição dos serviços
  - Descrição dos tipos de dados
  - Regras gerais

# Acordos/Atos/Resoluções

- **Acordo cooperação técnica Nº 58/2009**
  - 1<sup>a</sup> versão das operações do MNI
- **Resolução Conjunta CNJ/CNMP 3/2013**
  - Institui o MNI, considerando a lei 11.419/2006
  - Dá 2 anos para órgãos implementarem o MNI (venceu em abril/2015). Art 2º



# Resolução conjunta CNJ/ CNMP 3/2013

Art. 2º Os órgãos do Poder Judiciário relacionados no art. 92, I-A a VII, da Constituição Federal, e do Ministério Público, conforme o art. 128, I e II da Constituição Federal, deverão implementar o Modelo Nacional de Interoperabilidade nos sistemas de tramitação e controle processual judicial hoje em utilização, no prazo de **dois anos**.

§ 1º Na hipótese de utilização de **vários sistemas** de tramitação e controle processual judicial, o tribunal poderá **escolher um ou mais sistemas** que serão mantidos em uso, deverá nele(s) implementar o MNI, no prazo do caput e **descontinuará os demais sistemas no prazo máximo de três anos**.

§ 2º Os sistemas descontinuados cujos dados, por óbices técnicos, não possam ser migrados para sistema que utilize o MNI deverão ser mantidos, para efeito de consulta, por prazo indeterminado.

Art. 3º Os órgãos previstos no art. 2º deverão encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente:

- I – em noventa dias, cronograma de atividades para o cumprimento desta Resolução;
- II – a cada seis meses, informações atualizadas sobre o cumprimento do cronograma apresentado.

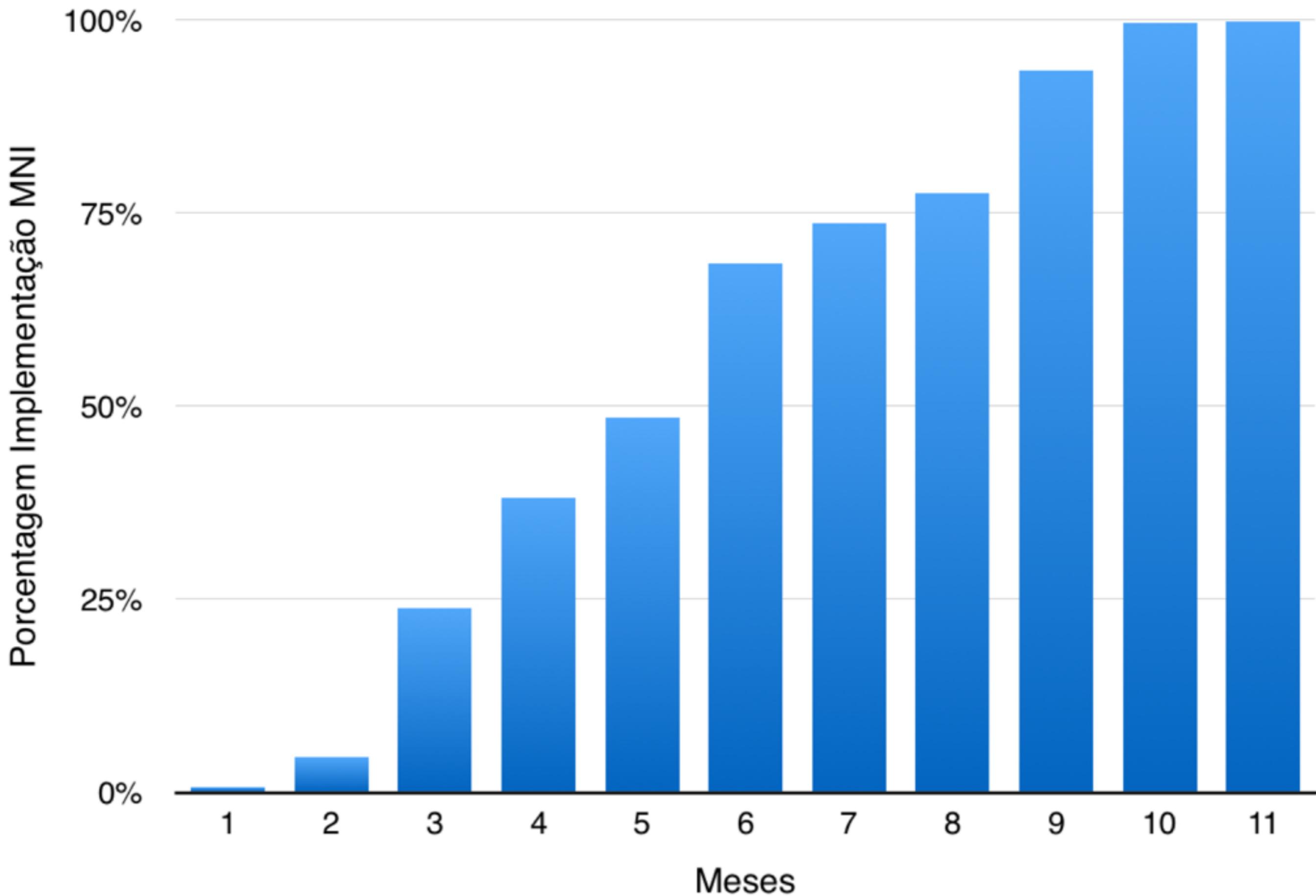
# Resolução CNJ N° 185 de 18/12/2013

- Institui o PJe como sistema de acompanhamento processual do Judiciário
- Art. 29
  - § 3º A **automatização de consultas** ao sistema deve ser feita mediante utilização do **modelo nacional de interoperabilidade**, previsto na Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 3, de 16 de abril de 2013.

# MNI na JT

- Projeto: Início em outubro/2014
- Primeira versão: julho/2015
- Acordo de Cooperação com **MPT**: 1/2012
  - Para **implantação** do MNI: 6/2015
- Acordo de Cooperação Técnica com **TRT18**: 4/2015
- Implantação:
  - Agosto: TRT18,
  - Setembro: TRT13, TRT15

# Evolução da Implementação do MNI



# MNI na JT

## Acordo de Cooperação Técnica CSJT/MPT 6/2016

### DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** O presente acordo tem por objeto firmar parceria entre o CSJT e o MPT quanto à implantação dos serviços de interoperabilidade entre o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) e o Sistema MPTDigital, no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Procuradorias Regionais do Trabalho, respeitada a evolução do Modelo Nacional de Interoperabilidade.

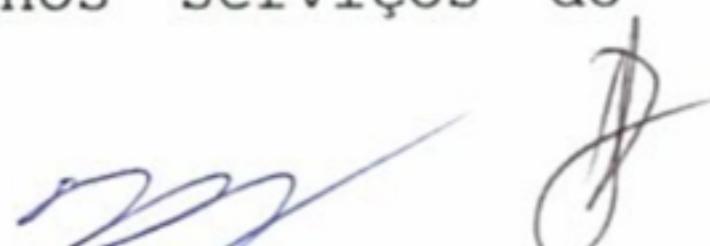
**Parágrafo único.** As regras de funcionamento da interoperabilidade constam do Anexo I deste instrumento e integram o objeto deste Acordo.

## **ANEXO I**

### **Regras e Procedimentos para o Uso dos Serviços de Interoperabilidade**

1. Todas as operações de consultas do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) deverão ocorrer com paginação, não podendo ser solicitados mais do que 20 documentos por requisição;
2. Não é permitida a execução de operações em rajada pelos clientes do MNI, sob pena de indisponibilização da comunicação entre o cliente e o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT);
3. apenas PDF/A serão aceitos como formato de documentos a serem enviados ao PJe-JT via MNI;
4. documentos enviados via MNI não deverão ultrapassar tamanho de 1.5MB;
5. em caso de indisponibilidade do MNI, a interface web do Sistema PJe-JT deve ser utilizada para manifestação e consulta processual;

6. eventos de indisponibilidade do MNI não ensejarão em mudança de prazo processual;
7. o MNI será acessado pelas credenciais do usuário por meio de *login/senha* previamente cadastrados no PJe-JT;
8. em toda comunicação via MNI, além das credenciais do usuário, o cliente deverá informar o número de convênio ou CNPJ do órgão conveniado a fim de identificar o papel do usuário no PJe-JT;
9. em toda comunicação concluída com sucesso, será gerado número de protocolo na resposta;
10. em toda comunicação que tenha finalizado por falha, será gerado um código único de erro na resposta a fim de rastreamento do incidente;
11. em toda operação de entrega de manifestação processual concluída com sucesso será gerado um recibo, onde conterá um número de protocolo (Petição Interlocutória) ou um número de processo (Petição Inicial);
12. os documentos entregues devem conter a assinatura digital do usuário utilizado para autenticação nos serviços do MNI;

A handwritten signature in black ink, appearing to read "MMJ", is positioned at the bottom right of the page.

13. só serão aceitos documentos que contenham apenas uma assinatura digital;
14. todas as operações passam pelos filtros do PJe-JT que contém um conjunto de regras de acordo com o papel do usuário;
15. as operações do MNI são atômicas, significando que no caso em que um dos documentos entregues numa manifestação não seja validado (i.e.: assinatura digital diferente do manifestante), toda a operação será desfeita;
16. os processos em segredo de justiça são visualizados apenas por quem faz parte do processo. No caso de procuradoria vinculada a um processo, todos os seus procuradores podem visualizá-lo;
17. documentos entregues com solicitação de sigilo estarão sujeitos à apreciação pelo magistrado;

18. apenas são devolvidos no cabeçalho os endereços das partes cadastrados no processo, mesmo que estas tenham mais endereços em seu cadastro;
19. o campo idDocumento deve ser formatado pelos clientes do MNI para serem mostrados apenas seus 7 (sete) últimos caracteres. Ao solicitar um documento, porém, o id completo deve ser informado nas operações de consulta;
20. no caso em que um manifestante não cadastrado no processo, ou não fazendo parte de localização cadastrada no processo, tente entregar uma petição, o PJe tratará como petição avulsa. Neste caso, será mostrada na aba "Peticões Avulsas," em detalhes do processo, da forma que já ocorre atualmente no PJe-JT;
21. os serviços disponíveis no ConsultaPJe, os quais ainda não fazem parte oficialmente do MNI, poderão ser usados pelos clientes para consulta de classes processuais, assuntos, tipos de documentos, jurisdições, órgãos julgadores e órgãos julgadores colegiados. É importante que esses serviços sejam acessados numa periodicidade pelo menos semanal para verificação de alterações;
22. incidentes e/ou dúvidas identificados pelos órgãos clientes do MNI deverão ser reportados aos respectivos Tribunais Regionais do Trabalho somente após o órgão cliente certificar-se que o incidente não foi ocasionado pelo seu sistema/infra, seguindo assim o fluxo normal de sustentação do PJe-JT;

23. problemas e/ou novas demandas identificados pelos órgãos

*MM*

*JL*



CONSELHO SUPERIOR DA  
JUSTIÇA DO TRABALHO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA-GERAL DO TRABALHO

clientes do MNI deverão ser reportados no sistema de controle de demandas disponibilizado pelo CSJT;

24. as regras omitidas ou não citadas explicitamente neste documento devem ser abstraídas dos documentos de definição do MNI.



# Regras das Operações

- Toda operação tem objetos de **requisição** e de **resposta**
- Toda **resposta** contém
  - Status da operação - Sucesso: true/false (verdadeiro/falso)
  - Mensagem da resposta
  - O objeto da resposta em si



# Consultar Processo

idConsultante (CPF)

senhaConsultante

numeroProcesso

dataReferencia

## Requisição

incluirCabecalho

incluirDocumentos

movimentos (incluir)

documento (lista de documentos)

cabeçalho processual

- endereços

## Resposta

- partes

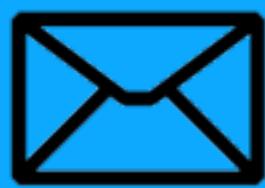
movimentos

documentos



# Consultar Processo

- **Segredo** de Justiça
  - Visualizado apenas pelas partes
- **Sigilo** de documento
  - Visualizado apenas pelo autor



# Entregar Manifestação

**Requisição**  
idManifestante (CPF)

senhaManifestante

numeroProcesso

protocoloRecebimento

cabeçalho

**Resposta**  
recibo

documentos

dataOperacao

parâmetros



# Entregar Manifestação

- Marcação de **audiência** (não automática)
  - Classe não configurada
  - Alguma parte sem endereço
  - Valor incompatível
- **Segredo** de justiça, pedido de **liminar** ou antecipação de **tutela**
  - Cai em Apreciar Urgentes
- **Prioridades**
  - Colocado destaque (exclamação)



# Consultar Avisos Pendentes

idConsultante (CPF)

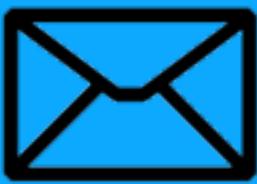
**Requisição**

senhaConsultante

dataReferencia

**Resposta**

avisos



# Consultar Avisos Pendentes

- Não deflagra **prazo**
- Consulta os **expedientes abertos** e **pendentes** de ciência para o usuário consultante
- **Tipos** de avisos suportados
  - Intimação
  - Notificação
  - Despacho
  - Ofício
  - Edital



# Consultar Teor Comunicação

## Requisição

idConsultante (CPF)

senhaConsultante

numeroProcesso

ou

identificadorAviso

## Resposta

comunicação

- ID



# Consultar Teor Comunicação

- Remoção do **pendente de ciência**
- Deflagra **prazo**
- Retornados apenas avisos (expedientes) **abertos**
- Para **responder**, usa-se o **ID** retornado na operação Consultar Avisos Pendentes

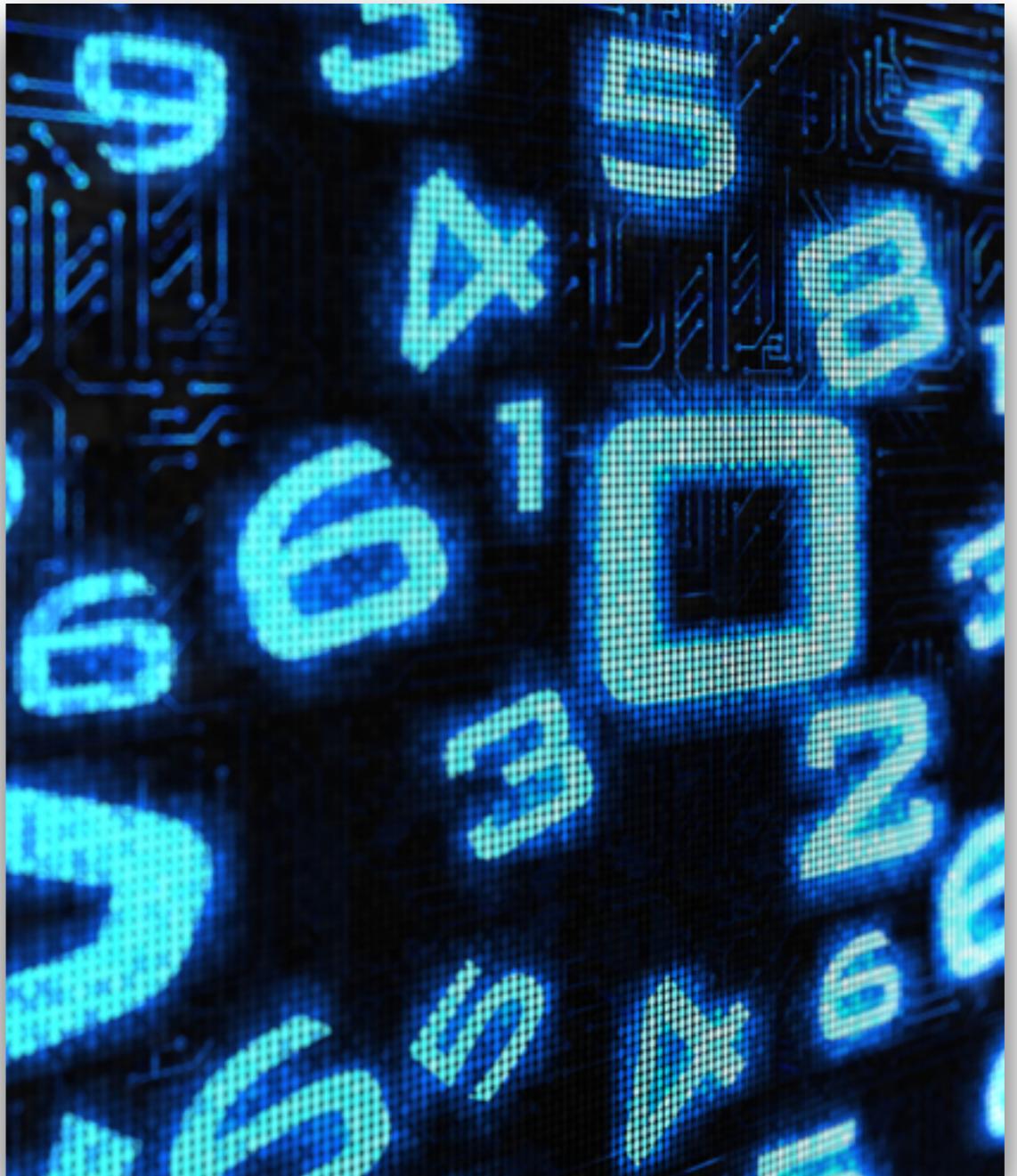


# SoapUI



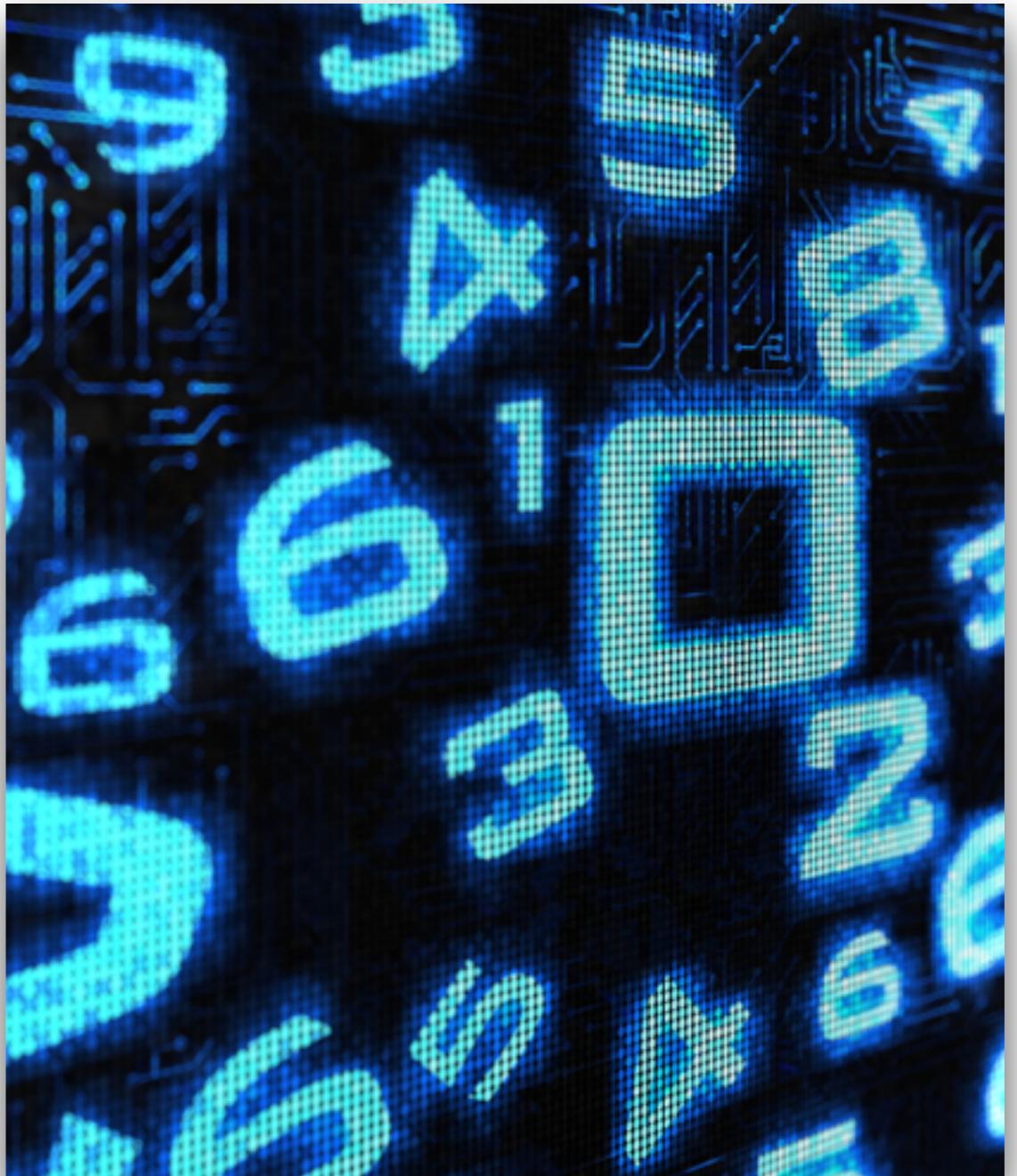
# MNI em Números

- MPT: 450k comunicações anuais (250k processos)
  - ~2000 comunicações/dia
- AGU: 20 milhões de comunicações/ano
  - ~84000 comunicações/dia



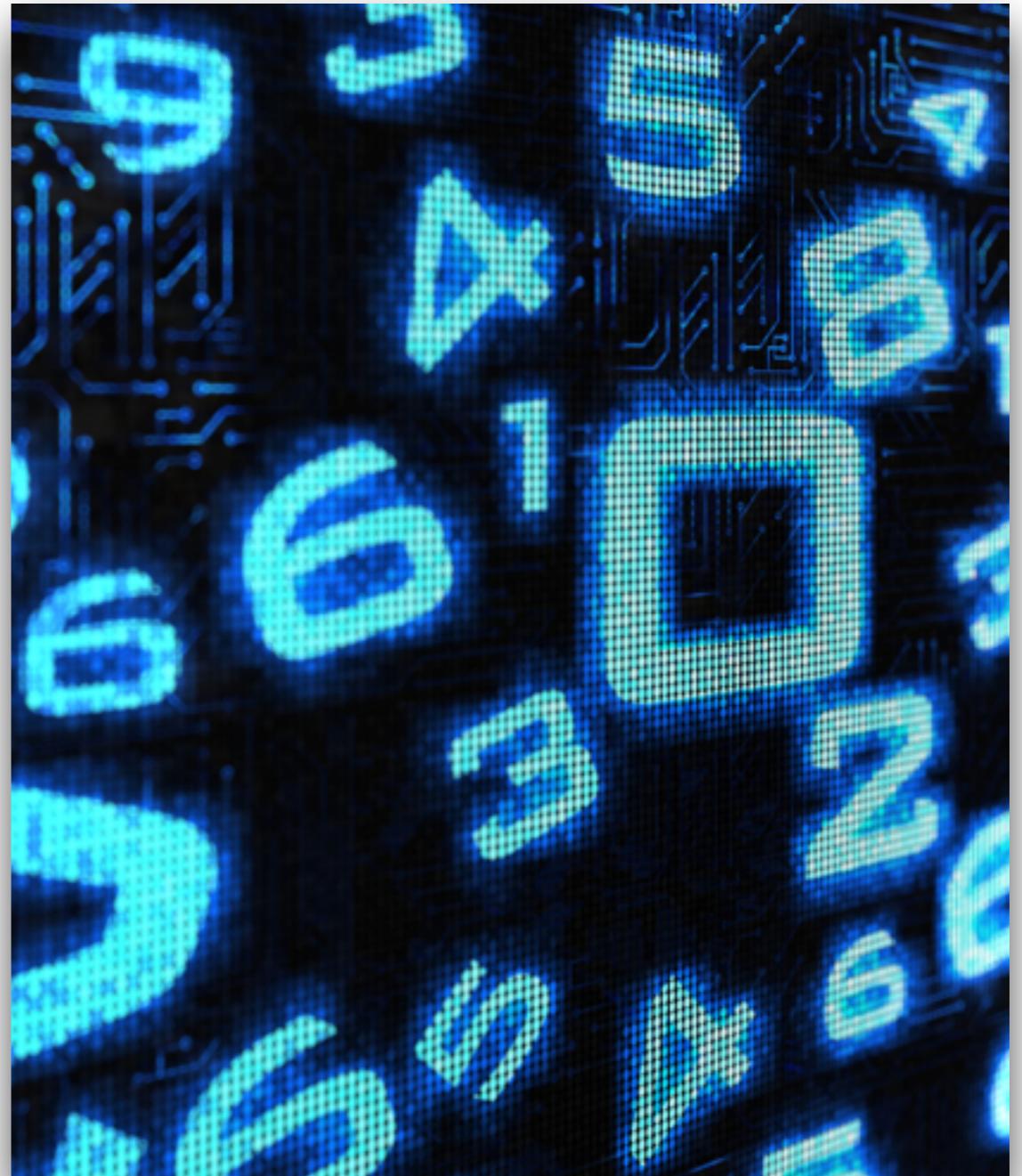
# AGU - Sapiens

- Maior cliente MNI
- 700 unidades no Brasil
- Competência abarca 91 Tribunais
- Procuradoria RS:
  - **Pré** MNI: 37 servidores copiando processos entre sistemas
  - **Pós** MNI: 2 servidores



# AGU - Sapiens

- Segurança
- Qualidade nos dados
- Diminuição de trabalho sem inteligência
- Cadastro automatizado
- Produtividade
- Peticionamento online



# Estatísticas MNI

- **Dados**
  - Cliente: MPT
  - Servidores: TRT13, TRT15, TRT18
  - 8 a 11/2015
- **Consultas Processuais**
  - # 45.382
- **Documentos Consultados**
  - # 109.864
- **Manifestações**
  - # 5.973



■ Regionais de Pequeno/Médio porte (19) ■ Regionais de Grande Porte (5)

Quantidade de Micro-Operações

12,000,000

9,000,000

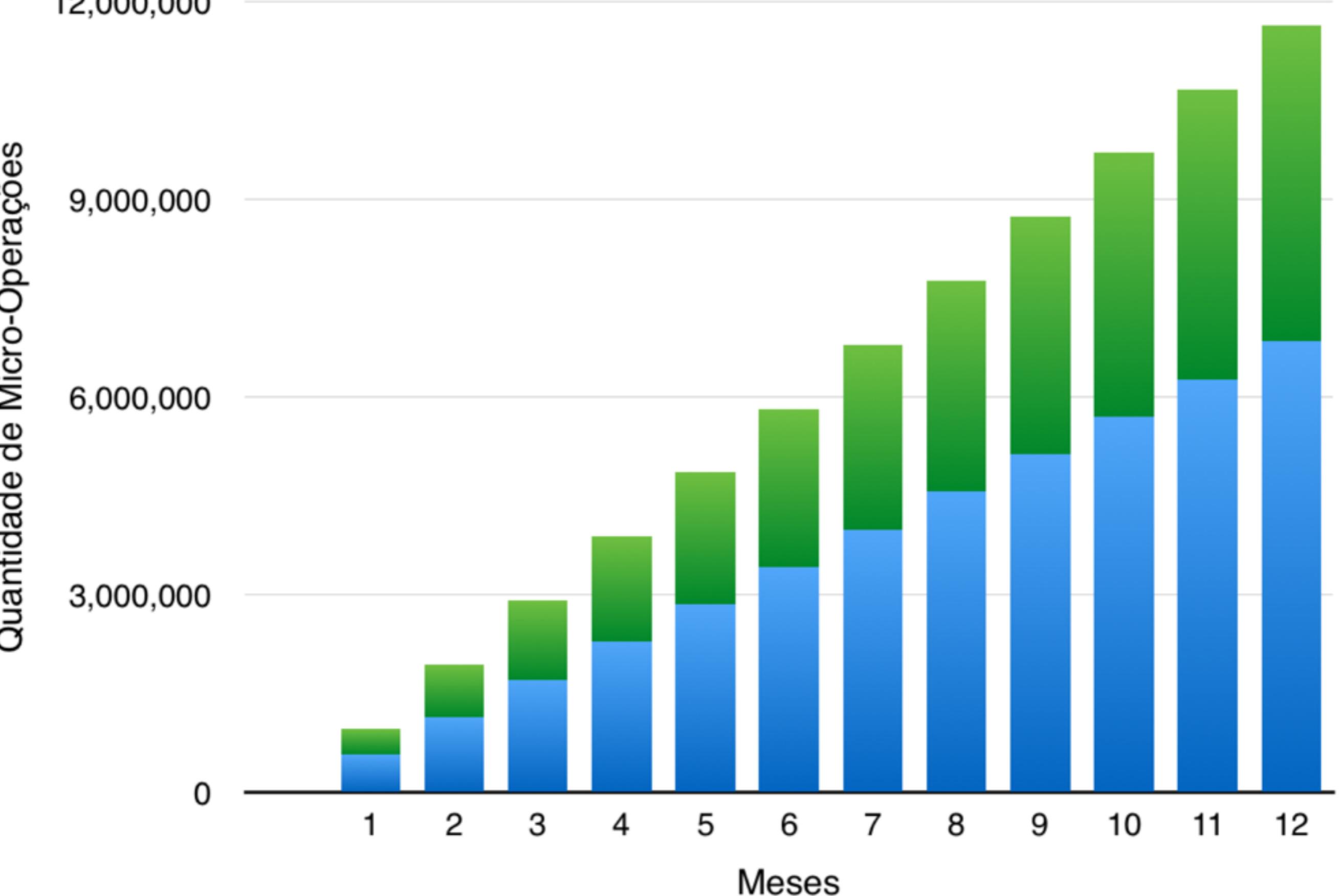
6,000,000

3,000,000

0

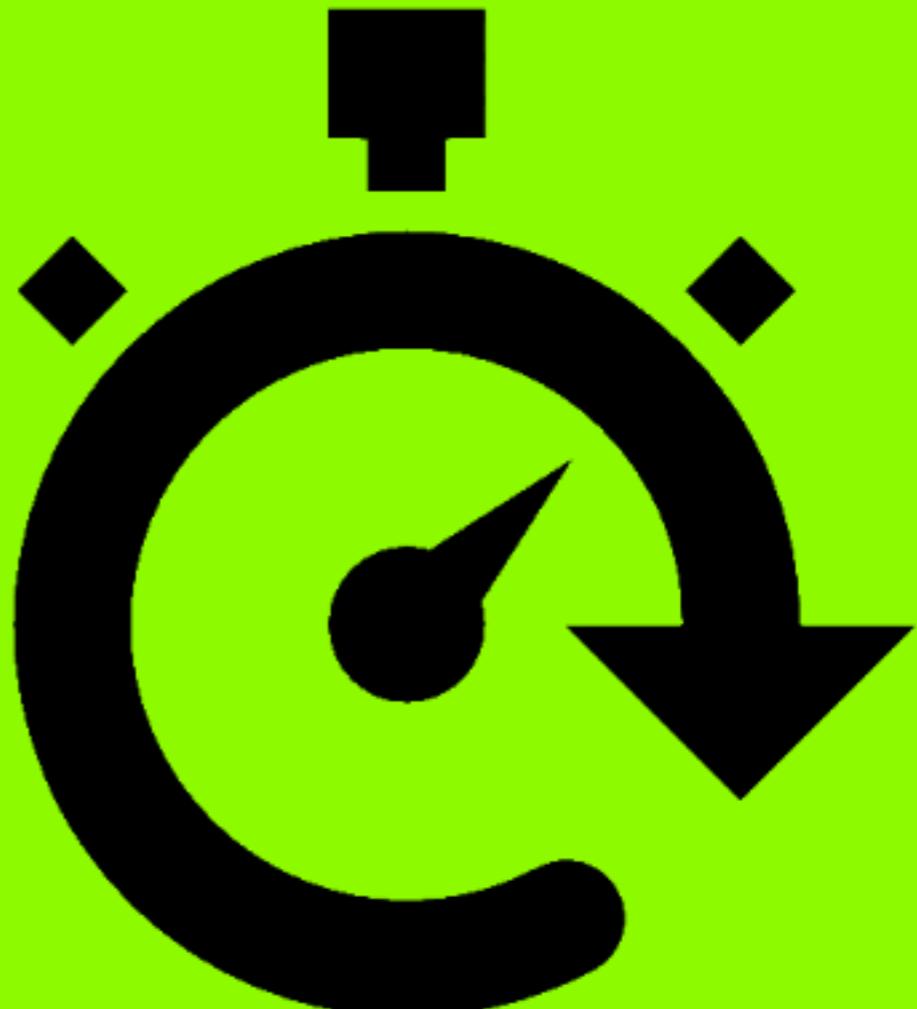
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

Meses

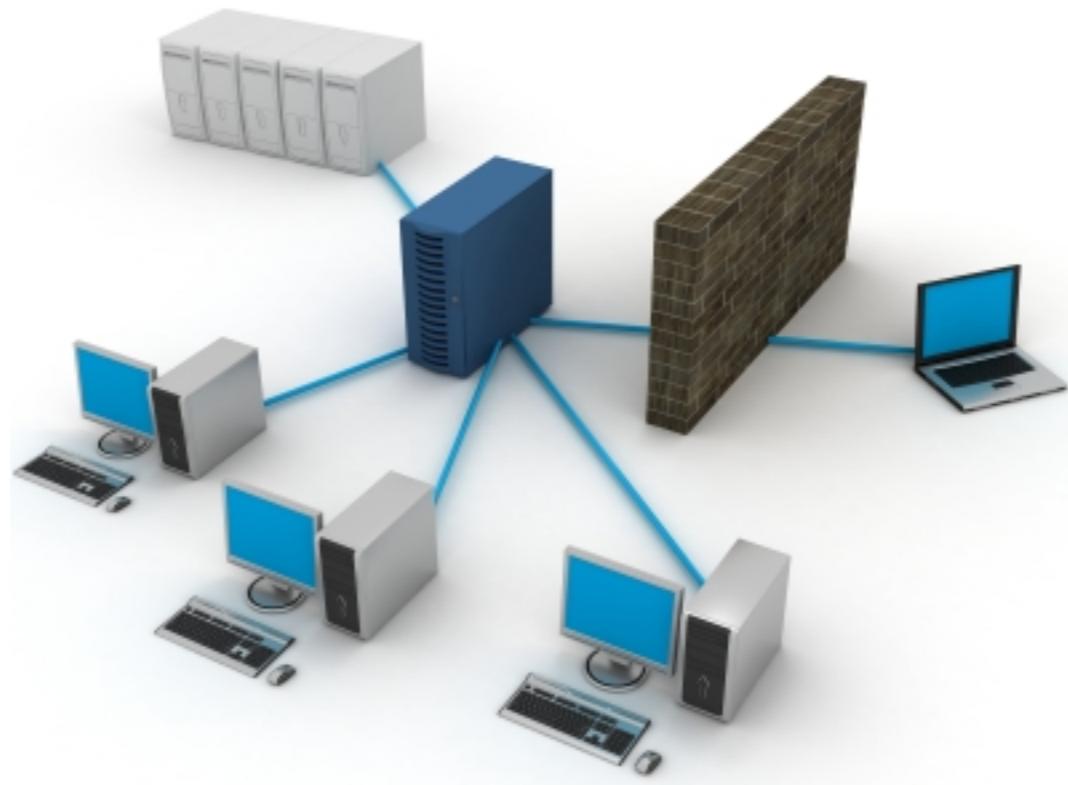


# Performance

- **Dados**
  - TRT18, 2º Grau
  - Até 8 a 11/2015
- **Consultas Processuais**
  - 0,73 s
- **Consulta Avisos Pendentes**
  - 3,41 s
- **Manifestações**
  - 1,92 s



# Infraestrutura MNI

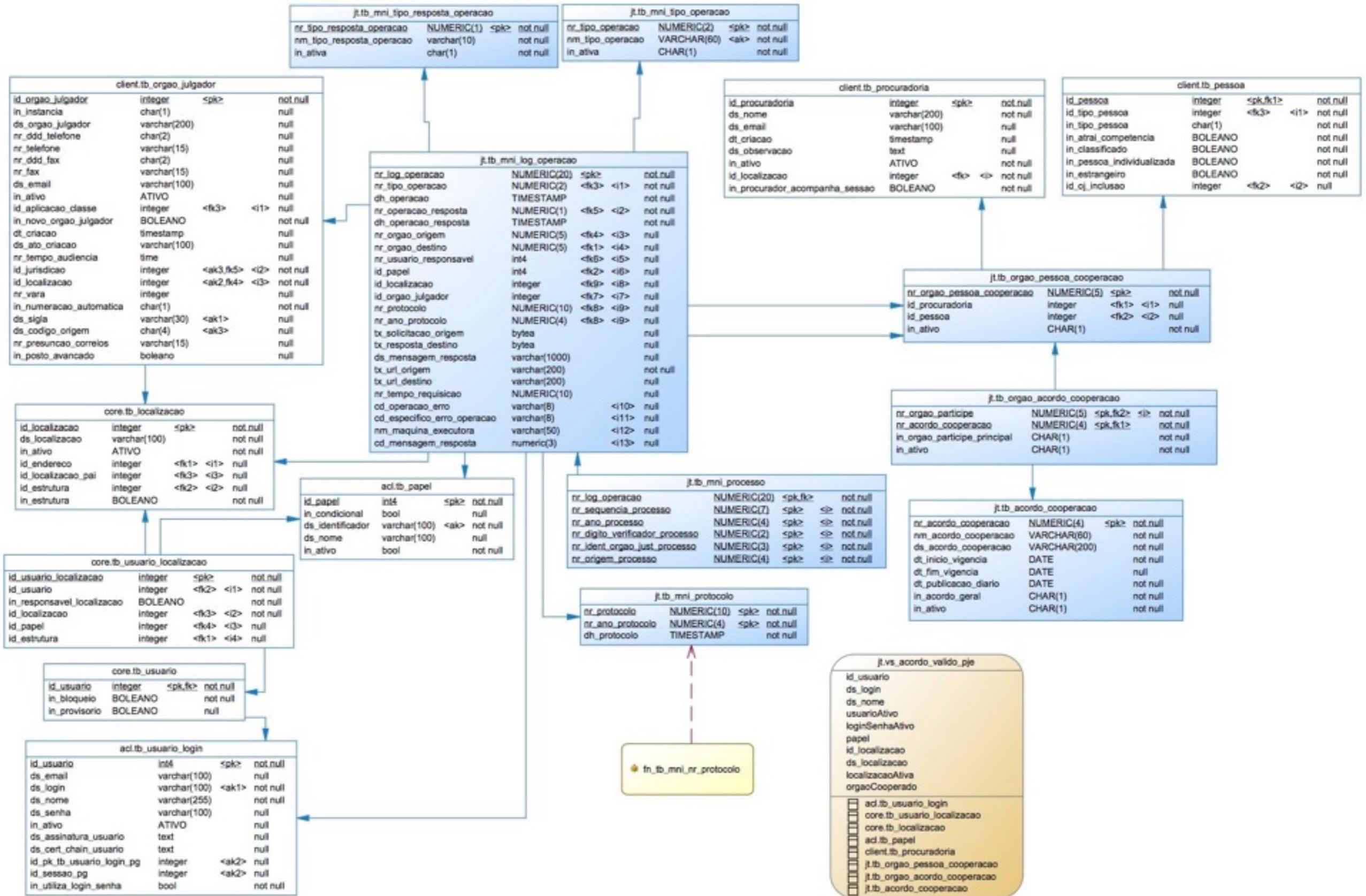


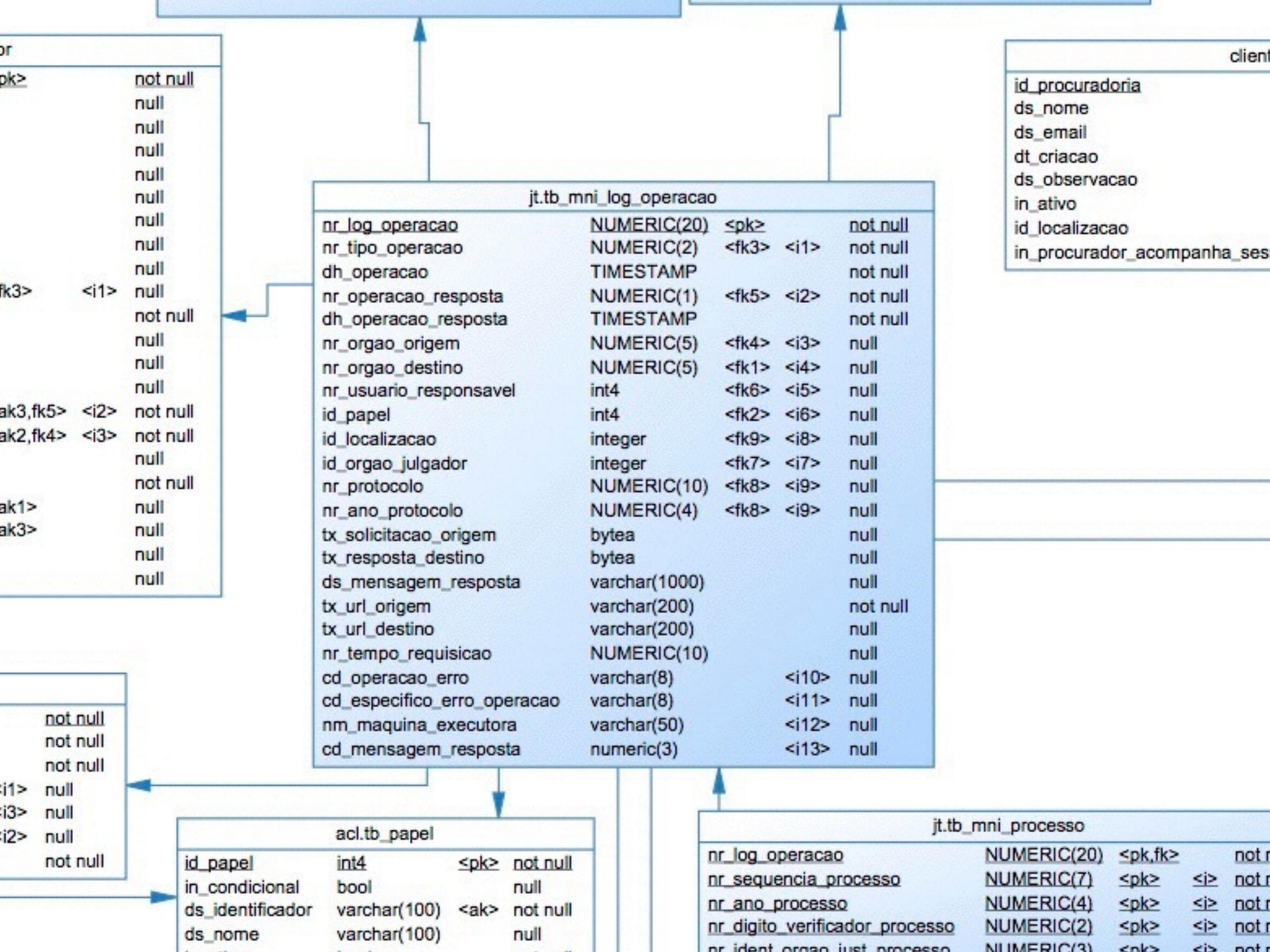
# Checklist PRTs

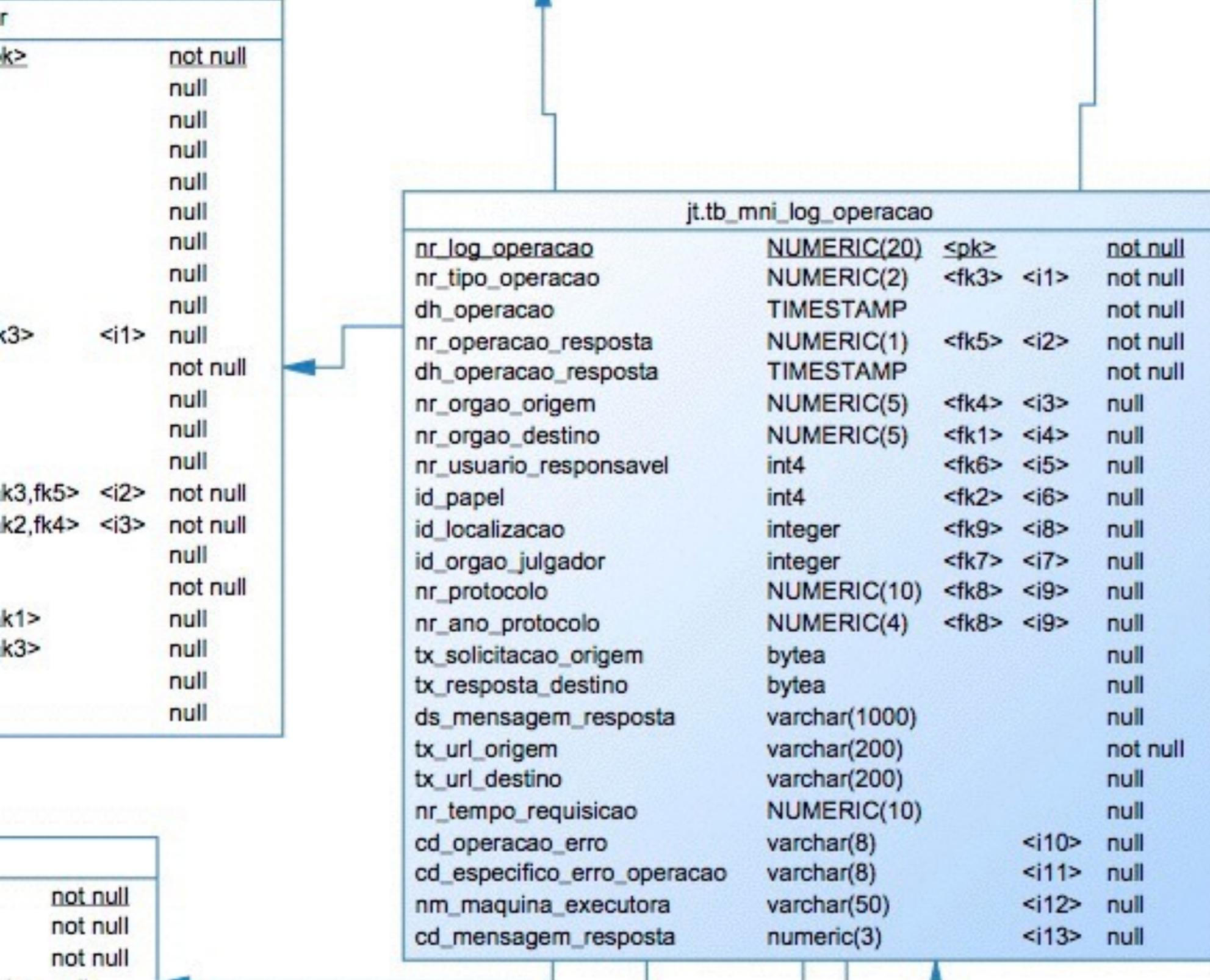




# **Log do MNI**

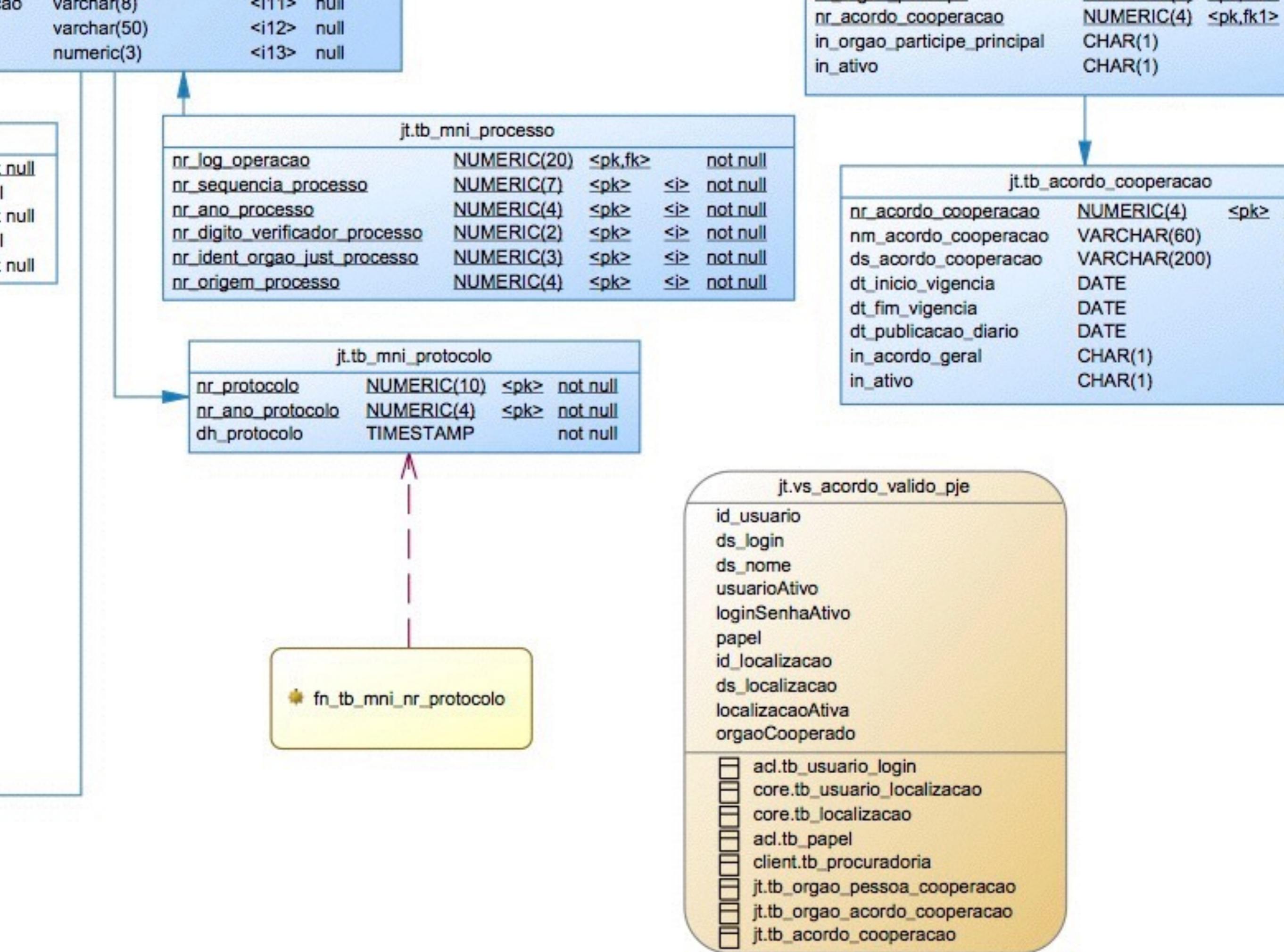






client.

id_procuradoria	
ds_nome	
ds_email	
dt_criacao	
ds_observacao	
in_ativo	
id_localizacao	
in_procurador_acompanha_sessao	



client.tb_procuradoria			
id_procuradoria	integer	<pk>	not null
ds_nome	varchar(200)		not null
ds_email	varchar(100)		null
dt_criacao	timestamp		null
ds_observacao	text		null
in_ativo	ATIVO		not null
id_localizacao	integer	<fk> <i>	not null
in_procurador_acompanha_sessao	BOOLEANO		not null

client.tb_pessoa			
id_pessoa	integer	<pk,fk1>	not null
id_tipo_pessoa	integer	<fk3> <i1>	not null
in_tipo_pessoa	char(1)		not null
in_atrai_competencia	BOOLEANO		not null
in_classificado	BOOLEANO		not null
in_pessoa_individualizada	BOOLEANO		not null
in_estrangeiro	BOOLEANO		not null
id_oj_inclusao	integer	<fk2> <i2>	null

jt.tb_orgao_pessoa_cooperacao			
nr_orgao_pessoa_cooperacao	NUMERIC(5)	<pk>	not null
id_procuradoria	integer	<fk1> <i1>	null
id_pessoa	integer	<fk2> <i2>	null
in_ativo	CHAR(1)		not null

jt.tb_orgao_acordo_cooperacao			
nr_orgao_participe	NUMERIC(5)	<pk,fk2> <i>	not null
nr_acordo_cooperacao	NUMERIC(4)	<pk,fk1>	not null
in_orgao_participe_principal	CHAR(1)		not null
in_ativo	CHAR(1)		not null

jt.tb_acordo_cooperacao			
nr_acordo_cooperacao	NUMERIC(4)	<pk>	not null
nm_acordo_cooperacao	VARCHAR(60)		not null
ds_acordo_cooperacao	VARCHAR(200)		not null
dt_inicio_vigencia	DATE		not null
dt_fim_vigencia	DATE		null
dt_publicacao_diario	DATE		not null
in_acordo_geral	CHAR(1)		not null
in_ativo	CHAR(1)		not null

jt.tb_mni_processo			
NUMERIC(20)	<pk,fk>	not null	
NUMERIC(7)	<pk> <i>	not null	
NUMERIC(4)	<pk> <i>	not null	
NUMERIC(2)	<pk> <i>	not null	
NUMERIC(3)	<pk> <i>	not null	
NUMERIC(4)	<pk> <i>	not null	

jt.tb_mni_protocolo			
NUMERIC(10)	<pk>	not null	
NUMERIC(4)	<pk>	not null	
TIMESTAMP			not null

# Atendimento ao Usuário

- Acordo de cooperação CSJT/órgãos
  - Acordo nível de serviço
- Atendimento 1º nível
  - Tribunal com órgão conveniado (informações log)
  - Apenas após PRT e MPT ter analisado o caso
- Atendimento 2º nível
  - CSJT via Jira



# Dashboard MNI





# Processo Judicial Eletrônico

## Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - 2º Grau - MNI

19:04:24

Pesqu

Tribunal Regional do Trabalho / Administrador

Iniciar

Painéis

Processos

Atividades

Audiências e sessões

Configuração

PJe PUSH

Audiências e sessões

Ambiente

Central de mandados

Competência

Controle de acesso

Documento

Editor estruturado

Jurisdição

Órgão julgador

Órgão julgador colegiado

Órgão de representação

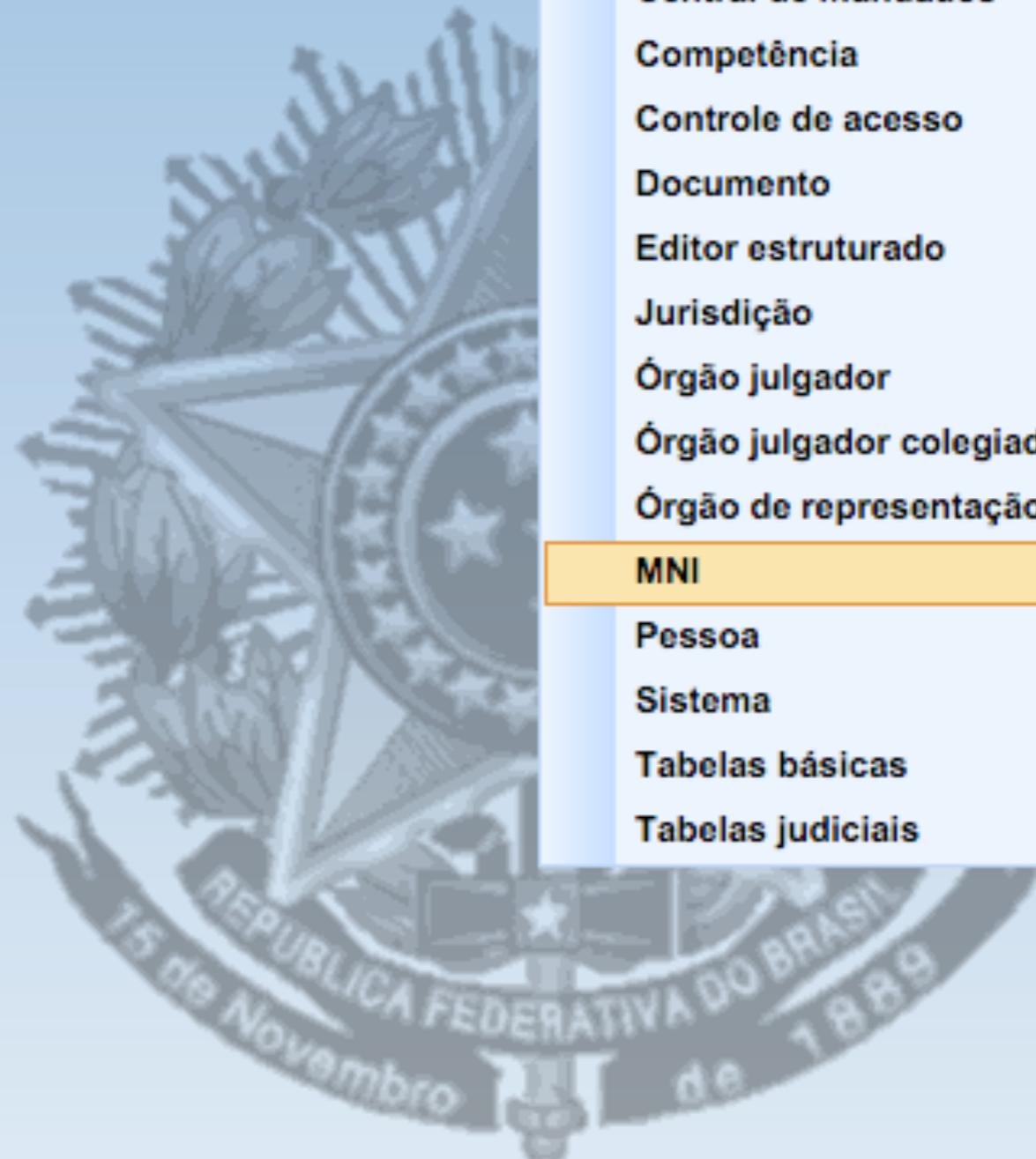
MNI

Pessoa

Sistema

Tabelas básicas

Tabelas judiciais



Consultar por Código  
Específico do Erro

ou

Consultar por Número  
Protocolo  - 2015

ou

Consultar por Processo  
Peticionado

Tipo Operação:	CONSULTAR_PROCESSO
Versão MNI:	2.1
Mensagem Resposta:	Protocolo [10-2015]-CodigoEspecificoErro[0421b333] - MNI: Erro - Usuário com login [46167340625] não tem login/senha ativos. Favor ativar no PJe.
Data Operação:	11/06/2015 22:31:281
Número log:	12
Órgão Origem:	-
URL Origem:	200.142.2.254
Usuário/papel:	JOSE MARCOS DA CUNHA ABREU/procurador
Protocolo:	10/2015
Tempo Total Requisição:	160ms

Atualizar estatísticas Hoje		Hoje					Últimos 7 dias					Últimos 30 dias				
Operação	#Total	#Req	%Suc(#)	%Err(#)	Tempo Médio Resposta (s)	#Req	%Suc(#)	%Err(#)	Tempo Médio Resposta (s)	#Req	%Suc(#)	%Err(#)	Tempo Médio Resposta (s)			
Consulta Processual	1733	2	100%(2)	-	2,083 	49	100% (49)	-	2,373 	469	100% (468)	0%(1)	1,624			
Petição Interlocutória	120	-	-	-	-	1	100%(1)	-	16,42 	3	67%(2)	33%(1)	11,034			
Petição Inicial	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Consulta Avisos Pendentes	173	-	-	-	-	11	100% (11)	-	15,956 	20	100% (20)	-	19,541			
Consulta Teor Comunicação	12	1	100%(1)	-	1,724 	2	100%(2)	-	2,224	2	100%(2)	-	2,224			
	2038	3			63					494						

Consulta Log | Estatísticas MNI | Convênios | Operações

Atualizar Lista Convênios

Número Convênio	Órgão	Expirado	Data Início	Data Fim
2	Procuradoria Regional do Trabalho (18ª Região)	Não	09/06/2015	

Consulta Log	Estatísticas MNI	Convênios	Operações	
Operação	Papéis permitidos	Ativo		
consultarAlteracao		Sim	Inativar	
consultarAvisosPendentes	Procurador Procurador/Gestor	Sim	Inativar	
consultarProcesso	Procurador Procurador/Gestor	Sim	Inativar	
consultarTeorComunicacao	Procurador Procurador/Gestor	Sim	Inativar	
entregarManifestacaoProcessualPeticaoInicial	Procurador Procurador/Gestor	Não	Ativar	
entregarManifestacaoProcessualPeticaoInterlocutoria	Procurador Procurador/Gestor	Sim	Inativar	

# Cronograma Implantação

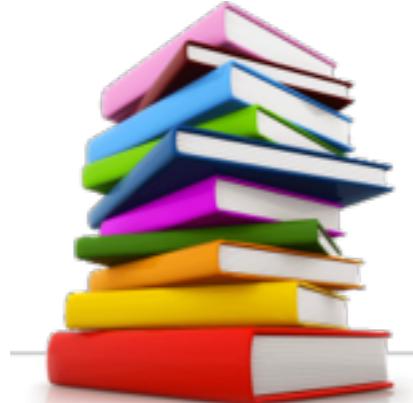
- **Fase 1:**
  - MPT18-TRT18: Agosto
  - TRT 13: 8/Setembro
  - TRT 15: 21/Setembro
- **MNI Completo:**
  - MPT18-TRT18: Novembro
- **Produção Todos os Regionais:**
  - Dezembro



# MNI 3.0



- Tabelas de **log** definidos na JT serão usados como modelo
- **Código Único Erro** será padrão
- Haverá comunicações **assíncronas**
- **Remessa** terá operação específica



# Recursos

- Apresentação e docs em: [github.com/gugawag/cursomni](https://github.com/gugawag/cursomni)
  - Esta apresentação
  - Atos/Resoluções e Acordos de Cooperação Técnica
- Draft Cartilha MNI
- Exemplo de execução de operações do MNI com SOAP-UI
- [gwmendes@trt13.jus.br](mailto:gwmendes@trt13.jus.br)